



Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente -

CEDCA/PR

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

11 e 16 de Março de 2022

7No décimo primeiro e no sexto dia do mês de Março de 2022, em 2ª chama-
8da (início às 09h30), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Ado-
9lescente - CEDCA/PR se reuniu na sala de reuniões do 5º B, do Palácio das
10Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico,
11em Curitiba - Paraná, através de *link* do meet, <https://meet.google.com/tfc-12ejau-sba>, conforme os protocolos de segurança pela OMS instituídos em de-
13corrência à COVID-19, com a **participação dos seguintes conselheiros**
14**(as): Presença dos conselheiros da SC: Vice-presidente:** Adriano Ro-
15berto dos Santos (Cavanis), Rodrigo Silva Bonfim (HPP - presente no perío-
16do da tarde), Marcelo Souza (Acridas), Maíra Tavares (AFECE), Débora
17Cristina dos Reis (APC), Amanda Querino dos Santos (APAE), Hélio Candido
18do Carmo - suplente (Guarda Mirim), Alexandra Alves José (Murialdo), João
19Marcos Palmeira (AAMEC), Ires Damian (Ledi Mass) - no período da tarde
20e Carolina Marcon (APOFILAB).**Presença dos conselheiros governa-**
21**mentais: Presidente** - Angela Mendonça (SEJUF/DPCA); Antônio Carlos
22Dourado (SEED/Esporte); Amália Regina Donegá (SETI), Juliana Sabbag
23(SEJUF, DPCA), Christianne Lunardelli (SECC), Angela Mercer - SEED);
24David Pancotti (SEJUF, DPCA), Walmir dos Santos (suplente - SEJUF/DET),
25Jéssica Luiz Dinarte (SESA), Jhonatan Bragnini (SEPL) e Ellen Martins (su-
26plente - no período da tarde - SESP). **Apoios técnicos, convidados, cola-**
27**boradores e assessores:** Equipe técnica do DPCA (Denise, Salete, Carmen
28Zadra e Paula), Bruna Saraiva (OAB/PR); Danielle Tuoto - MP/PR SEC, Juli-
29ana Muller. **Abertura:** A mesa diretora deu boas-vindas. **Aprovação da**
30**pauta: Pauta Aprovada. 1.Finalização da Deliberação nº 08/2020 -**
31**CEDCA/PR -Objetivos prioritários que nortearão os Instrumentos**
32**Orçamentários:** Iniciando a discussão, a conselheira Débora dos Reis
33(APC) sugeriu como metodologia de trabalho que fossem analisados as con-



34tribuições sem detalhamento, que serão discutidos depois com a inserção
35das linhas. Assim, foi aprovada a alteração do texto referente aos objetivos,
36conforme a proposta apresentada pela sociedade civil. Documento na ínte-
37gra aprovado: Aprovação dos objetivos prioritários que nortearão a Lei de
38Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, do
39exercício de 2023 - Eixo **1 - Direito à Vida e à Saúde- Objetivo:** Fortale-
40cer a atuação da rede de direitos na promoção do acesso à Rede de Aten-
41ção à Saúde nos três níveis (primário, secundário e terciário) com foco em
42todas as linhas de cuidado da saúde, especialmente nas situações de risco,
43alta complexidade, vazios e hiatos assistenciais; **2 - Direito à Liberdade**
44**ao Respeito e à Dignidade: - Objetivo:** Estimular programas, projetos e
45ações com ênfase na promoção dos direitos a liberdade ao respeito e digni-
46dade, convivência familiar e comunitária, e no enfrentamento a todas as
47formas de violência, por meio de políticas afirmativas com atenção especial
48à política da socioeducação. **3 - Direito à Convivência Familiar e Comu-**
49**nitária: Objetivo:** Aprimorar a oferta e a organização de ações, projetos,
50programas e serviços que fortaleçam os vínculos das famílias: natural, ex-
51tensa, acolhedora e adotiva, com ênfase na promoção de saúde mental e
52enfrentamento aos impactos da pandemia. **4 - Direito à Educação, à Cul-**
53**tura, ao Esporte e ao Lazer: Objetivos:** Universalizar o acesso, perma-
54nência, retorno e sucesso escolar, promovendo os direitos de aprendizagem
55no percurso educacional, com ênfase na superação das defasagens, preven-
56ção, identificação, notificação e intervenção frente as diversas formas de vi-
57olência, por meio da articulação com a rede de proteção com vistas a redu-
58ção da evasão e abandono escolar; Ampliar e diversificar programas, proje-
59tos e ações relacionados à cultura, esporte e lazer voltados para o atendi-
60mento de crianças, adolescentes e suas famílias; Estabelecer programas,
61projetos e ações destinados à efetivação dos direitos de crianças e adoles-
62centes com deficiência, em situação de rua, em situação de violência,
63apátridas, em itinerância, refugiados, migrantes e de povos indígenas e co-
64munidades tradicionais. **5- Direito à Profissionalização e à Proteção no**
65**Trabalho: Objetivos:** - Fomentar a implantação, implementação e conti-
66nuidade de Programas de Preparação para o mundo do trabalho, Aprendi-
67zagem e Qualificação Profissional, por meio de articulações, parcerias,



68campanhas voltadas a sensibilização do empresariado, e cofinanciamentos
69de municípios e OSCs, ampliando a oferta de cursos de vagas para Aprendi-
70zagem, em especial a adolescentes em vulnerabilidade, situação de risco e
71PCD; Fortalecer os Programas de Aprendizagem intersetorialmente nos ór-
72gão de competência e controle social, em especial à Lei Estadual de Apren-
73dizagem nº 20597 de maio de 2021 diversificando parcerias e cofinancia-
74mentos para execução, ampliação de acesso e permanência no trabalho
75protegido e vagas em órgãos /empresas públicas e privadas, voltados para
76a formação integral dos adolescentes. **6 - Fortalecimento das Estruturas**
77**do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:**
78**Objetivos:** Fortalecer o CEDCA, CMDCA's, CT's e OCSs por meio da instru-
79mentalização técnica, melhoria das estruturas para o exercício de suas atri-
80buições, sensibilização, mobilização e capacitação das Redes de Proteção,
81com a participação de crianças e adolescentes; Implementar o Orçamento
82Público com foco na Criança e Adolescente no Estado do Paraná e estímulo
83à implantação do OCA pelos municípios. **Encaminhamento aprovado:**
84**Envio da nova deliberação a SEFA antes do dia 15/04. 2 - Análise da**
85**Deliberação nº058/2021 - CEDCA/PR e a destinação do FIA livre.** Ini-
86ciando os trabalhos, a SEC, Juliana Muller fez uma breve leitura da Delibe-
87ração nº 058/2021 aprovada em Outubro de 2021 referente ao remaneja-
88mento dos saldos FIA LIVRE do 2º semestre de 2021, com as seguintes in-
89formações: Ficarão aprovados os valores por eixos, sendo que os projetos
90correspondentes deverão ser apresentados e aprovados posteriormente de
91acordo com os ritos estabelecidos pelo regimento interno do CEDCA, sendo
92que os valores acima do total de 60 milhões deverão ser estornados nova-
93mente ao FIA livre. *Eixo 1. Objetivo 1.1 - Sem especificação de linha - Va-
94lor do aporte de 12 milhões e meio da fonte 150 131, estruturar a atenção
95primária da saúde para que esta seja ordenadora no cuidado das redes de
96atenção a saúde incluindo atenção materna e infantil qualificando cuidado
97nas ações do pré natal, parto primeira infância em todo estado do Paraná.
98*Eixo 02 - Objetivo 2.1 - Linha 2.1.1 Apoio ao sistema socioeducativo - Di-
99reito a liberdade, respeito e dignidade - temos o valor de 3 milhões direcio-
100nado para linha apoio ao sistema sócio educativo de restrição e privação de
101liberdade que contempla o objetivo proporcionar a execução intersetorial



102das medidas sócio educativas de restrição a privação de liberdade, promo-
103vendo a garantias de direito a adolescentes nas áreas de educação, saúde,
104proteção no trabalho, cultura, esportes e lazer, esse valor de 3 milhões é da
105fonte 150 131. *Eixo 03 - Objetivo 3.1 - Linha 3.1.3 Apoio apadrinhamento
106Afetivo - Direito a convivência familiar e comunitária - um milhão de reais,
107sem tema específico reserva para linha da fonte 150 331. Objetivo: aprimor-
108rar a organizações de ações, projetos, programas e serviços que fortalecem
109os vínculos das famílias natural, extensa, acolhedora e adotiva.* Eixo 04 -
110Abandono escolar - Objetivo: universalizar o acesso e a permanência na es-
111cola, promovendo os direitos de aprendizagem no percurso educacional, re-
112duzindo a evasão escolar e abandono; ampliar programas, projetos e ações
113relacionados a cultura, esportes e lazer, voltados pelo atendimento de cri-
114anças e adolescentes e suas famílias. Projeto de 3 milhões, tema: Projeto de
115enfrentamento ao abandono escolar. Fonte 284* Eixo 05 - Objetivo 5.1- Li-
116nha 5.1.1 Aprendizagem e qualificação profissional - Direito profissionaliza-
117ção e a proteção no trabalho. Objetivo: fomentar a implantação, implemen-
118tação e continuidade de programas de aprendizagem de qualificação profis-
119sional, por meio de articulações, parcerias cofinanciamentos, de municípios
120e entidades da sociedade civil organizada, ampliando a ofertas de cursos de
121vagas para aprendizagem para qualificação profissional. Temos o valor de 3
122milhões e meio, sem tema específico, reserva para linha que diz respeito a
123apoio aos programas projetos e serviços de pré aprendizagem, fonte 150
124131*Eixo 06 - Fortalecimento das estruturas do sistema de garantia dos di-
125reitos da criança e do adolescente - Objetivo: fortalecer o CEDCA, Conse-
126lho municipal e conselho tutelares, por meio da instrumentalização técnica,
127melhoria das estruturas para exercícios de suas atribuições e sensibiliza-
128ção, mobilização e capacitação das redes de proteção com a participação
129de crianças e adolescentes - 8 milhões para Ações conselheiros, 3 milhões
130para o tema projeto para combate de crimes virtuais, 4 milhões para o
131tema projeto enfrentamento a pobreza menstrual e outras violências de gê-
132nero e 3,5 milhões para Indígenas e comunidades tradicionais. FONTE 150
133131. Na sequência, a técnica e conselheira Juliana Sabbag fazendo um res-
134gate, falou do trabalho que foi construído, referentes às reservas e as divi-
135sões dos recursos da SC e do GOV. Sendo que existe uma proposição de



136que sejam utilizados, por exemplo, o valor de R\$ 12.500.000,00 da linha 1
137para o novo edital da SC, pois muitas entidades procuraram e não tem re-
138curso, ou possuem propostas que não são possíveis de cofinanciar. Elencan-
139do sobre o acordo da reserva de mais recurso para a SC em um novo edital.
140O Conselheiro Rodrigo Bonfim (HPP) citou essa divisão dos 60 milhões,
141sendo 30 para cada, solicitando a conferência dos dados a Viviane da
142Paz/GOFS. Viviane por sua vez apresentou a planilha que contém o históri-
143co e saldos da deliberação do FIA a ser utilizada na reunião, informando
144que providenciará essas informações solicitadas pelo Rodrigo posterior-
145mente. Assim, para análise dos recursos que deverão voltar ou não ao FIA
146livre, o colegiado repassou a planilha analisando a situação da execução
147das deliberações, sendo elas: Del. 039/2021, Del. 083/2013, Del. 078/2015 -
148**BOLSA AGENTE DE CIDADANIA: RESTO A PAGAR 2022 - R\$**
149**2.486.52,00 - Sados a empenhar: R\$ 396.450,00 - Informação do DAS: O**
150**Programa Bolsa Agente de Cidadania, com recursos do FIA, foi ofertado**
151**nos Centros da Juventude em funcionamento dos seguintes municípios: Al-**
152**mirante Tamandaré, Apucarana, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel,**
153**Castro, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa,**
154**Laranjeiras do Sul, Palmas, Paranaíba, Pinhais, Piraquara, Telêmaco Borba**
155**e Toledo. Destaca-se que as bolsas são pagas diretamente aos adolescentes.**
156**A meta refere-se apenas ao pagamento da bolsa-auxílio aos adolescentes in-**
157**cluídos no Programa até novembro de 2021, ou seja, 111 adolescentes, vis-**
158**to que os adolescentes incluídos em dezembro e o pagamento da bolsa-**
159**auxílio está em processamento e trâmite para pagamento para início de**
160**2022. O não alcance da meta prevista é decorrente da situação de pandemia**
161**do Covid-19, pois a inclusão de novos adolescentes ao Programa ocorreu a**
162**partir do mês de setembro/21, de forma gradativa como forma de preven-**
163**ção e possibilitar o monitoramento das atividades desenvolvidas e acompa-**
164**nhamento, uma vez que as atividades desenvolvidos por eles deveriam res-**
165**peitar as normas de biosegurança. Desta forma, durante o ano foram aten-**
166**didos 217 adolescentes ao todo, sendo que cada adolescente pode ter sido**
167**contemplado com mais de uma bolsa-auxílio, dependendo do mês em que**
168**foi incluído no Programa. Ficou decidido pela não alteração do valor, até**
169**que a correção seja retomada pela Viviane, com a verificação do DAS. Cen-**



170tros da Juventude, Obras e aditivos: Esclarecimentos ATA - 1. CEN-
171TRO DA JUVENTUDE DE PARANGUÁ: - LAUDO E DEMAIS ELEMENTOS
172TÉCNICOS CONCLUÍDOS (CONTRATO Nº 1705/2020-PRED - VALOR: R\$
173121.343,86); - RETOMADA DA OBRA - PROTOCOLO Nº 18.465.684-1 - VA-
174LOR: R\$ 5.956.696-67 - 2. CENTRO DA JUVENTUDE DE PRUDENTÓPO-
175LIS:- LAUDO E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS EM CONCLUSÃO (CON-
176TRATO Nº 2198/2020-PRED - VALOR: R\$ 130.619,13); - PREVISÃO DE EN-
177TREGA FINAL LAUDO/ELEMENTOS : ABRIL/2022 - ESTIMATIVA DE VA-
178LOR PARA RETOMADA DA OBRA: R\$ 5.000.000,00 3. CENTRO DA JUVEN-
179TUDE DE GUARAPUAVA: - DEMANDA EM AVALIAÇÃO (PAI). Saldos a em-
180penhar em 2022 R\$ 8.369.045,22 Aprovado o valor de 11 milhões (+
1813 da Del 058/2021) somente para Paranaguá e Prudentópolis, sendo
182indeferido o valor para o município de Guarapuava. A presidente,
183Ângela (SEJUF) falou sobre a importância de ter o recurso para a fi-
184nalização das obras em andamento, e não para obras novas. Os con-
 185selheiros discutiram sobre a importância de ser estabelecidos limite e pra-
 186zos quanto aos gastos e custos dos laudos das obras, a preocupação da res-
 187trição do processo eleitoral, a previsão do término do convênio celebrado e
 188a necessidade de um termo de ajuste para a construção. Nesse sentido, a
 189técnica Olivia Martins - ATA/SEJUF informou que, sobre a obra de Parana-
 190guá, o processo já está na SEJUF e de Prudentópolis, a previsão é que te-
 191nha início em Abril de 2022, só aguardando, portanto a indicação do recur-
 192so. Com relação as restrições do processo eleitoral, não haverá impedimen-
 193to, pois não há transferência de recurso, onde cabe ao município possuir o
 194terreno, manter o serviço e a manutenção. Onde com elaboração dos proje-
 195tos e a obra finaliza-se o Termo de Convênio. A presidente, Ângela falou da
 196importância do conselho definir limites e parâmetros para a utilização dos
 197recursos em obras. **E uma deliberação específica para o município de**
198Guarapuava quanto ao indeferimento do aporte de recurso aprovado
199pela Del 058/2021 - CEDCA. Aprovado. Finalizando a discussão a conse-
 200lheira Débora Reis (APC) disse sobre a necessidade de explicitar que o pro-
 201jeto já vem pronto sem a necessidade da realização de laudo. A técnica e
 202coordenadora da DPSE/DAS, Renata Mareziuzek, falou sobre as obras, sen-
 203do que desde 2013 não se consegue avançar, sendo que os poucos projetos



204apresentados foram aproveitados. **A respeito ainda das ações do DAS,**
 205**Renata repassou as seguintes informações:** O Programa Bolsa Agente
 206de Cidadania - FIA ajudaria com recursos, e manteria o programa, e tam-
 207bém tem bolsistas que tem as bolsas pagas pelos recursos do BID. A reto-
 208mada desse programa aconteceu no mês de agosto, porém naquele momen-
 209to o contexto pandêmico era possível pensar em cinco adolescentes, ainda
 210com muita cautela de inclusão nos centros da juventude, que eles estavam
 211retomando gradativamente o seu funcionamento presencial, porém vimos
 212que em outubro, novembro e dezembro, tivemos uma alta novamente na
 213pandemia e isso refletiu na inclusão de adolescentes no centro da juventu-
 214de como Bolsa Agente da Cidadania. Valor mensal da bolsa 306 reais. *No
 215ano de 2021 foram efetuados o pagamento para 34 municípios.
 216Para o ano de 2022 haverá o pagamento para os 5 municípios que
 217atenderam os critérios da Deliberação, que irá corresponder o valor de R\$
 218790.000,00.*Dos 16 municípios contemplados com o Incentivo, 13
 219realizaram a adesão e foram efetuados os pagamentos, totalizando o valor
 220de R\$ 780.000,00 *154 municípios pagos em 2021. Da del. 079 adequaram-
 221se 28 para pagamento, aguardando ARCPF válido para 2022. *Del.
 222017/2021 - Segurança Alimentar - SALDO A EMPENHAR 2022 R\$
 2234.988.672,52. Janeiro e Fevereiro 2022 89.993 beneficiários - R\$
 2247.197.640,14 em cada mês sendo: R\$ 2.208.967,67 FEAS - 27.619 famílias.
 225R\$ 4.988.672,52 FIA - 62.374 famílias perfil FIA em cada mês. **Del.**
 226**038/2021, Del. 094/2018 - Fortalecimento de Vínculos - Planilha de**
 227**Estornos - Saldos a empenhar R\$ 1.083.500,00 - o valor permanece**
 228**com previsão de pagamento até março/Abril 2022; Del. 017/2021 -**
 229**Segurança Alimentar - Saldos a empenhar R\$ 4.988.672,52 - o valor**
 230**permanece com a previsão do uso desse valor a cada 02 meses. Del.**
 231**008/2021 - Ação de Atendimento Emergencial - Saldos a empenhar**
 232**- R\$ 1.940.000,00 - o valor permanece com a análise da próxima**
 233**reunião do Cedca, referente ao retorno do valor.Del. 081/2020 -**
 234**Acolhimento Familiar - Repasse Fundo a Fundo - Saldo a empenhar**
 235**- R\$120.000,00 - Sem saldo. Continuação da análise da planilha -**
 236**DPCD/SEJUF - 070/2021 - Edital de Chamamento Público, nominado de**
 237**“Edital de Pequenos Serviços de Manutenção”, destinados à seleção de**



238propostas de Organizações da Sociedade Civil - OSCs - R\$ Saldos a
 239empenhar R\$ 26.000.000,00 - O valor permanece. **DET/ SEJUF: Del.**
 240**0029/2021, Del. 084/2020, Del. 022/2020 - Cartão Futuro**
 241**Emergencial - Saldos a empenhar e 2022 - R\$ 19.880.450,00** - ficam
 24208 milhões p/ a previsão dos empenhos até Julho/22 - Se Precisar o DET
 243deverá apresentar a necessidade real e não a projeção. **Retornam R\$**
 244**11.880.450,00. Del. 065/2020 - Programa Cartão Futuro - PCF -**
 245**Saldos a empenhar R\$ 29.962.500,00** - ficam 27 milhões p/ a previsão
 246dos empenhos até Julho/22 - Se Precisar o DET deverá apresentar a
 247necessidade real e não a projeção. **Retornam R\$ 2.962.000,00. Em**
 248**defesa da permanência do recurso,** a Chefe do Departamento do
 249Trabalho DET/ SEJUF e Rogério Felix, Coordenador do Cartão Futuro
 250repassaram as seguintes informações: Estão com mais de 1.300 jovens
 251cadastrados no programa, mais de 300 empresas; atualmente temos
 252423.150 processos aguardando pagamento no financeiro, então, são jovens
 253e empresas que já aderiram ao programa, já foram validadas as
 254informações, as documentações, os protocolos, certidões, etc, e só estão
 255aguardando o pagamento do financeiro. Nos últimos meses foi realizado um
 256trabalho mais específico com as empresas maiores e com as cooperativas
 257no estado do Paraná, assim, atualmente temos 333 empresas cadastradas,
 258e 118 validadas; *Aprendizes Cadastrados: 1428 destes 164 PCF e 1257
 259PCF Emergencial, aprendizes validados: 753 de 118 empresas. -Destes 647
 260são PCF Emergencial e 105 PCF, aprendizes não validados: 675 de 193
 261empresas -Destes 610 PCF Emergencial e 59 PCF, e 22 empresas apenas
 262iniciaram o cadastro; do começo de 2022 até hoje aumentou em média 80%
 263o número de procura de novas empresas no cadastramento . Seguindo a
 264análise da planilha, foram apresentados as MCOs em tramites com a SESP
 265(Equipamentos para os Nucrias - previsão da utilização até o 2º semestre
 266de 2022; Fim da Espera - prorrogado por 180 dias a partir do dia 01/01/22,
 267**com a permanência de todos os recursos. Reunião encerrada com a**
 268**continuação agendada para o dia 16/03/2022. Continuação da Reunião:**
 269**dia 16 de março de 2022 : - Conselheiros presentes: Presença dos**
 270**conselheiros da SC: Vice-presidente:** Adriano Roberto dos Santos
 271(Cavanis), Rodrigo Silva Bonfim (HPP - presente no período da tarde),



272Marcelo Souza (Acridas), Maíra Tavares (AFECE), Débora Cristina dos Reis
273(APC), Amanda Querino dos Santos (APAE), Renann Ferreira e Hélio
274Candido do Carmo - suplente (Guarda Mirim), Alexandra Alves José
275(Murialdo), João Marcos Palmeira (AAMEC), Ires Damian (Ledi Mass) e
276Maria Tereza (APOFILAB). **Presença dos conselheiros governamentais:**
277**Presidente** - Angela Mendonça (SEJUF/DPCA); Desirré Barbosa Santiago
278(Casa Civil); Antônio Carlos Dourado (SEED/Esporto); Amália Regina
279Donegá (SETI), Juliana Sabbag (SEJUF, DPCA), Christianne Lunardelli
280(SECC), Angela Mercer - SEED); David Pancotti (SEJUF, DPCA), Walmir dos
281Santos (suplente - SEJUF/DET), Jéssica Luiz Dinarte (SESA), Jhonatan
282Braghini (SEPL) e Ellen Martins (suplente - no período da tarde - SESP).
283**Continuação da análise da Planilha contendo o histórico e saldo de**
284**deliberações: Fonte 150-131**, apresentação da conselheira Juliana
285Sabbag: Ações do Departamento da Política da Criança e Adolescente -
286DPCA: Del. 052/2020 - EDITAL GERAL - R\$ 62.000.000,00 -Valores a serem
287estornados ao FIA livre: Edital Geral - Linha 04 - R\$ 43.912,81 e da Linha
2882 - R\$ 158.668,50. Juliana ressaltou sobre o montante que já retornou ao
289FIA, em um valor de R\$ 11 milhões e 500 mil reais (oriundos da fase "a" e
290"b") que já estão compondo o saldo deliberado pela 058/2021, resultantes
291das linhas que não apresentaram propostas. Com relação a fase "c" haverá
292um outro saldo, que já passaram dos 06 milhoes, porém, não é possível
293fazer o retorno ao FIA com a atualização dos saldos, por que ainda é
294preciso formalizar o término desta fase com a publicação do resultado
295Sobre as demais deliberações do DPCA: Del. 052/2016 (saldo Del.
296065/2014) - Programas de Aprendizagem; Del. 084/2019 - Apoio e
297fortalecimento aos CMDCA's; Del. 089/2019 - Incentivo Atenção à Criança e
298o Adolescente; Del. 096/2018, Del. 094/2018 - PLANILHA DE ESTORNOS -
299Primeira Infância; Del. 107/2017 - Fortalecimento dos Conselhos Tutelares
300- Ações; Del. 109/2017 - SAÚDE MENTAL; Del. 046/2021, 035/2021 - Kits
301ações para fortalecimento dos Conselhos Tutelares; Del. 043/2021, Del.
302024/2021 - COVID 19 - Ações para Crianças e Adolescentes que sofreram
303impactos. Os valores permanecem sendo que será preciso analisar com o
304GOFS o que corresponde a pagamento. Sobre a Del. 70/2016 - Capacitação
305do Controle Social, Juliana Informou que estão sendo realizados alguns



306ajustes no Sistag, e que processo já foi encaminhado para publicação no
 307diário oficial, com a necessidade da alteração do cronograma para ajuste,
 308pois a publicação só ocorreu dia 07/03. Sobre a Del. 088/2014 da
 309Construção das Sedes dos Conselhos Tutelares, Juliana falou da pretensão
 310de executar os R\$ 14.800.302,00 ainda em 2022, sendo que os projetos de
 311implantação que foram financiados pelo FIA já estão prontos e estão em
 312processo de licitação das obras. Esse recurso não esgota o montante
 313necessário para a finalização das construções e que será necessário um
 314novo aporte para alguns projetos, assim, quando este montante for
 315executado, uma nova solicitação será realizada ao colegiado. Dra. Danielle
 316Tuoto afirmou que essa lógica está correta, para não reter dinheiro
 317deliberado sem execução. Sobre a Del. 076/2021 - Novo Termo PPCAAM,
 318no valor de R\$ 864.564,94, a Dra. Danielle perguntou se há alguma notícia
 319sobre o recurso que deverá voltar ao FIA. A presidente Ângela Mendonça
 320explicou que foram expedidos alguns ofícios em detrimento dos
 321encaminhamentos da câmara de garantias que serão apresentados na
 322reunião ordinária. Ressaltando de que a Del 016/2021 quando foi
 323construída não ficou explícito esse fato, mas não há impedimento para que
 324o debate quanto à devolução seja feito. Dra. Danielle reforçou que é
 325importante que tenha essa previsão. E a Dra Luciana Linero falou da
 326preocupação de ocorrer à devolução do recurso desviado, e que essa
 327situação não está clara entre a equipe técnica que acompanha o programa.
 328A presidente Ângela falou sobre a possibilidade da expedição de uma nova
 329deliberação deixando isso claro após a realização de todas as análises, com
 330a realização também de uma consulta a PGE. O conselheiro Rodrigo
 331pontuou sobre a limitação das deliberações do CEDCA, sendo preciso
 332trabalhar mais no campo da manifestação, falando também da preocupação
 333do tramite do novo convênio com o governo federal. A respeito disso,
 334Ângela falou que na data de hoje estão ocorrendo várias reuniões para o
 335alinhamento dos ajustes do Plano de Trabalho, pois essa pauta é de
 336extrema urgência para que não ocorra o avanço na utilização do recurso do
 337FIA. Sendo que nunca foi interesse do Estado a postergação da finalização
 338do Termo de Convênio, onde essa fato está bem nítido junto ao governo
 339federal que desde Outubro/21 está analisando a parte técnica dos



340documentos. Continuando a análise da planilha: **Depto da Mulher - Del.**
 341**1028/2021 - DGD Mulher - Valor de R\$ 289.000,00 - retorna ao FIA.**
 342**MCos as Secretarias:** SEED – Projeto Paraná mais lazer, prevenção ao uso
 343de álcool e outras drogas, Projeto Curso para facilitadores de prática
 344restaurativas, todos permanecem com o recurso; Abandono escola e Centro
 345de Esporte de Cascavel, todos permanecem com o recurso. A respeito das
 346MCos da SEED, a Dra. Danielle perguntou se há a previsão no projeto para
 347facilitadores de que fossem incluídos os estagiários e não somente
 348pedagogos, ressaltando que a pandemia trouxe muitos problemas, mas
 349questiona se esses processos estão parados há 02 anos. Esclarecendo, a
 350conselheira Juliana falou que a PGE não permitiu a tramitação desses
 351processos de MCOs que previam atividades presenciais devido a
 352instabilidade do contexto. O conselheiro Antônio Carlos Dourado reforçou a
 353situação vivenciada entre as secretarias de Estado. O conselheiro Rodrigo
 354falou da sua situação, onde o HPP tem um processo em tramitação há 900
 355dias, às vezes por conta de detalhes que serão revistos posteriormente de
 356qualquer maneira. É preciso fazer uma relação de todas as MCOs com a
 357data da emissão e a indicação do tempo da tramitação por conta da PGE.
 358Ressaltando que é um absurdo a não permissão da tramitação de projetos
 359de combate à evasão escolar, que é importantíssimo no período pós-
 360pandêmico, sendo que outras ações foram realizadas, como por ex, a
 361operação verão. SETI: Escola de Conselhos – permanece com o recurso,
 362SEEC – Agentes de Leitura, permanecem com o recurso; **Outros**
 363**departamentos: DEJU:** - Campanha não engula o choro, Caderno
 364orientativo de enfrentamento às violências (que já estão sendo organizados
 365pelo DPCA), SESP – Crianças e Adolescentes Protegidos - todos
 366permanecem com o recurso. **DEASE - Ações - fonte 150/131 ---**
 367**Apresentação, Cel. Pancoti:** Del Aproximando Famílias, Programa
 368Estadual de Aprendizagem, Projeto Arte e Ação, projeto Karatê,
 369Capacitação continuada dos Censes - estão em execução; Curso de
 370Qualificação Profissional Censes: - Programa voltou com o parecer da PGE,
 371autorizando a fazer a decisão amigável com a empresa. Após a recisão
 372iniciam-se as tratativas para nova licitação; Projeto Inovar para Educar -
 373Computadores e notebooks foram entregues está faltando a entrega apenas



374dos armários; Projeto Ebook - O DEASE iniciou o protocolado nº
37518.055.050-0 para impressão do e-book em 02/09/2021. Em 24/11/2021
376pelos procedimentos de encerramento do exercício em 2021, foi solicitado
377que a tramitação deverá ser iniciada no exercício de 2022, ao qual no dia
37814/01/022 encontra-se no GAS/SEJUF para levantamento de cotações junto
379a fornecedores. Sobre o Programa Estadual de Aprendizagem (Del.
38006/2019), o conselheiro Renann informou os dados da execução pela
381Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, sendo que: das 40 vagas, 27 já foram
382encaminhadas pelo Cense/Foz, 13 foram ocupadas pelas outras prioridades.
383Ainda com relação ao Programa Estadual de Aprendizagem (Del. 06/2019),
384que está em execução, com início das atividades no dia 14/03, Cel. Pancotti
385falou da importância do remanejamento do valor de R\$ 800 mil reais para o
386complemento das ações. Sendo, que o recurso deverá ser transferido do
387Curso de Qualificação Profissional Censes (Del. 046/2019). Dra. Danielle
388Tuoto questionou a ação perguntando se foi feito um estudo de quanto
389custa o serviço de qualificação. Cel Pancotti respondeu afirmando que
390todas as unidades serão atendidas, e que foi feito um estudo detalhado com
391segurança a respeito do valor, sendo que será possível a realização do
392curso com R\$ 3.2000.000,00 por ano. O conselheiro Rodrigo perguntou
393sobre a responsabilidade da execução do valor de R\$ 800 mil reais, Cel
394Pancotti respondeu que o Dease será o responsável, com o ajuste no Plano
395de Trabalho. **Remanejamento aprovado, com abstenção do**
396**conselheiro Renann.** A Dra. Danielle ressaltou ainda, que o colegiado tem
397que ter ciência, de que para o próximo período deverá ser usado recurso do
398BID. Sobre as obras dos Censes, a técnica Olívia Martins repassou as
399seguintes informações: Da Deliberação 045/2019 - Reformas Unidades de
400Socioeducação de São José dos Pinhais - Ação 3 - Está com serviços
401concluídos, a obra já está com 100%. Da Deliberação 56/2020 - Obras na
402Unidade de Socioeducação de Foz de Iguaçu está em processo de rescisão;
403da Deliberação nº 111/2014 - Obras DEASE - fonte 284 - Saldo de empenho
404entre 7 milhões, dentro desse salto tem: demandas de obras, demandas de
405projetos e demandas de serviços de manutenção. Piraquara: termina no
406primeiro semestre, quase 90% da obra executada Curitiba: termina no
407segundo semestre, 53% executada - Maringá: obra paralisada. O



408conselheiro Rodrigo questionou sobre a providência da secretaria quanto
409ao aporte de recurso do tesouro do Estado para complemento. Onde, se é
410preciso recurso posterior devido ao tramite das obras e licitações, quais
411estão sendo as providências do Estado?. A Dra. Danielle complementou
412afirmando que a morosidade do executivo deve onerar o recurso do próprio
413Estado, e não do FIA. A presidente Ângela ressaltou que essa discussão foi
414realizada na extraordinária do dia 11/03, com a análise e o planejamento
415prévio, sendo que o colegiado deverá regular o uso do recurso para as
416novas obras que forem apreciadas no Fia. O Cel Pancotti informou que a
417obra de Piraquara está parada há 03 anos, onde faltam pequenos ajustes,
418sendo importante terminar essas obras da gestão anterior, se não, o
419prejuízo será maior. Assim, será preciso o aporte de recurso. O conselheiro
420Rodrigo afirmou que realmente não tem como solicitar recursos para obras
421novas, e diante desse compromisso, pergunta novamente a SEJUF qual será
422o parte de recurso do tesouro e não do FIA. Cel Pancotti afirma que diante
423dessa situação emergencial de complemento não teria como ser diferente.
424Sendo que para a LOA 2023 já há nova lógica de programação com a
425previsão dos recursos e ajustes. O conselheiro Marcelo solicita a
426organização desses dados por meio de planilhas e gráficos, ou seja, sugere
427a criação de instrumentos de controle e acompanhamento dessas situações
428para se pensar em alternativas. Pois, quanto mais se demora em executar,
429menos efetivo a ação fica. A presidente, Angela reforça a necessidade do
430colegiado criar normativas para se criar limites. Finalizando essa
431discussão, a técnica Olivia agrade o apoio e resalta que foram muitas as
432dificuldades, onde foram preciso resgate de informações para a retomada
433das ações, porém, 90% das ações estão sendo executadas esse ano.**Análise**
434**das Deliberações: - fonte 284: Del .30/2021 - Projeto de Segurança**
435**Alimentar - fase II - DPCD** - retorno de 800 mil reais volta para o FIA; as
436outras ações do DPCA (Del 028/2021). DEJU (Del 044/2021/ Del 028/2021),
437Dease (Del 016/2016/ Del 058/2020 e Del 03/2021) permanecem com o
438processo de tramitação da execução do recurso. **Resumo: Saldos das**
439**Deliberações ao Fia Livre do 1º trimestre de 2022:** Del 029/2021-
440Cartão Futuro Emergencial - R\$ 11.880.450,00 - 150/131; Del. 065/2022 -
441programa Cartão Futuro - R\$ 2.962.500,00 - 150/131; Del. 30/2021 -



442 Projeto de Segurança Alimentar - PCD fase II - R\$ 800.000,00 - 150/131;
 443 Del. 011/2021 - Projeto de Segurança Alimentar - PCD - R\$ 471.409,20 -
 444 150/131; Del. 028/2021 - DGD Mulher - R\$ 289.000,00 - 150/131; Edital
 445 Geral - Linha 04 - R\$ 43.912,81 - 150/131; Edital Geral - Linha 02 - R\$
 446 158.668,50 - 150/131; **Total das fontes - R\$ 16.605.441,11. Saldos**
 447 **Remanescentes de rendimentos e transferências recebidas ao Fia**
 448 **Livre do 1º trimestre de 2022:** Doações, rendimentos e transferências
 449 recebidas 2021 - R\$ 6.603.325,12 - 284; Saldos remanescentes,
 450 rendimentos e transferências recebidas 2021 - R\$ 27.231.188,09 - 150/131
 451 - Total das fontes: **R\$ 33.834.513,21. TOTAL FONTE 150/131 = R\$**
 452 **43.036.629,21 - TOTAL FONTE 284 = R\$ 7.403.325,12 TOTAL**
 453 **GERAL DELIBERADO AO FIA LIVRE - R\$ 50.439.954,33.** A
 454 conselheira Juliana apresentou a memória de cálculo realizada pelo DPCA e
 455 Gofs devido às dúvidas levantada na reunião do dia 11/03, informando:
 456 Temos a lembrança de que eram 60 milhões, pois, foi iniciada uma
 457 discussão sobre 60 milhões, dos quais, 25 milhões foram para a segurança
 458 alimentar e 1 milhão e meio foi para o PPCAAM. Quando foi discutida a
 459 divisão do recurso entre as proposições que viriam do GOV e da SC, não se
 460 tinha mais o montante de 60 milhões, e, sim, 32 milhões (Del. 019/2021),
 461 aonde chegou ficar designado na Del 019 que esse repasse seria de 16
 462 milhões mais 16 milhões. Na Del 28/2021 onde foram estabelecidas as
 463 linhas de ação para o Edital, começaram a aparecer questões como, evasão
 464 escolar e algumas outras linhas, com a definição do aporte de 16 milhões
 465 para o Edital Geral. Na Del 70/2021 há a inserção dos 16 milhões no Edital
 466 de Chamamento Público para serviços de manutenção, somados a outros
 467 10 milhões que estavam somados ao antigo edital de reparos. Retornamos
 468 com a Del 58/2021, onde se for feito uma reanálise, os valores direcionados
 469 para os eixos, sem as linhas específicas somam 30 milhões (dos quais
 470 poderiam ser para um novo edital de chamamento público) e os outros 30
 471 milhões para as indicações do governo. Assim, na lógica da paridade na
 472 destinação dos recursos, a presidente Ângela apresentou a seguinte
 473 proposta com as ações estratégicas de acordo com as necessidades do
 474 governo levantadas junto a equipe técnica: **Planilha do Direcionamento**
 475 **dos Recursos as Linhas de Ações Governamentais:** Obras DEASE,



476destinação do valor de R\$ 3.500.000,00 para conclusão e incorporação a
477deliberação 111/2014; Obras para construção das sedes dos Conselhos
478Tutelares, destinação de R\$ 500.000,00; Ações para o Plano Decenal dos
479Direitos da Criança e do Adolescente - destinação do valor de R\$
4801.500.000,00; Ações para a Comissão de Enfrentamento a Violência,
481destinação do valor de R\$ 1.000.000,00; Ações para o enfrentamento a
482pobreza menstrual e outras violências de gêneros - Eixo 6, Objetivo 1,
483Linha de ação 6, destinação do valor de R\$ 3.000.000,00; Ações de
484Proteção e Enfrentamento a Violência repasse via Fundo a Fundo,
485destinação do valor de R\$ 11.940.000,00; Ações voltadas a tecnologia
486assistida voltadas ao público PCD, destinação do valor de R\$ 4.000.000,00;
487Ações para campanhas no combate ao Enfrentamento a Violência
488destinação do valor de R\$ 1.500.000,00, totalizando valor de Total - R\$
48926.940.000,00. A conselheira Amanda pediu a palavra, informando, que em
490razão de algumas dúvidas, uma discussão como hoje lhe deixa
491desconfortável para a tomada de decisão, e quando tem uma tomada de
492decisão envolvendo um montante de recurso significativo, a mesma tem
493dúvidas sobre os remanejamentos. Como por exemplo, essa divisão do valor
494com paridade, questionando se é possível que seja aportado mais recurso
495para a SC, uma que vez o Estado já está de posse de mais recurso que a
496SC. Questiona também, se essa definição precisa sair hoje, ou se pode pedir
497um tempo para estudo e esclarecimento. Ângela ressalta que possui uma
498preocupação pessoal, relacionada à insegurança na continuidade desse
499alinhamento. Onde, se não for feita a liberação, ela enquanto presidente do
500CEDCA e chefe do DPCA não conseguirá mais garantir que essa situação se
501mantenha com um novo secretário. Amanda retomou dizendo que estava
502pensando em uma reunião extraordinária ainda no mês de Março, e não em
503Abril. Ângela sugeriu que as dúvidas fossem sanadas ainda nessa reunião e
504por uma questão de assertividade, que a decisão saísse hoje, para
505tranquilidade também da equipe devido aos encaminhamentos técnicos. O
506conselheiro Marcelo falou que o conselho tem que identificar as
507necessidades, e qual segmento tem mais competência para executar.
508Questionado a paridade da divisão dos recursos entre os Gov e SC.
509Ressaltando que o colegiado está trabalhando com a política pública, que



510vai além da pessoa que está ocupando o governo. Assim, é preciso repensar
 511essa prática cultural, sugerindo que as demandas sejam identificadas e
 512decididas de acordo com a capacidade de execução. Ângela falou que pelo
 513contrário, se para os novos conselheiros fica a ideia da disputa, a lógica
 514que está sendo construída desde 2019, não é pela disputa, e sim da
 515composição. De qualquer forma, com relação à execução, o GOV está
 516sempre envolvido, por que fazer o Edital é uma intervenção do Estado.
 517Propondo a apresentação das estratégias com a análise quanto à
 518pertinência das execuções. O conselheiro Rodrigo pediu que as
 519informações repassadas fossem separadas dos recursos já deliberados pela
 520Del 058/2021, onde, a respeito da destinação dos recursos destinados as
 521Obras do Dease, questiona, se o colegiado entende pela aprovação de mais
 522recursos considerando todo o histórico. A técnica e conselheira Juliana
 523lembrou que independente da divisão, o objetivo sempre será o mesmo.
 524Rodrigo falou que concorda com muitas informações repassadas, mas
 525reforça que o colegiado precisa aprovar as alocações a partir de
 526necessidades, considerando a conjuntura, lembrando que as deliberações
 527de 2022 serão executadas no final de 2023 ou 2024, com um planejamento
 528em longo prazo entendendo as prioridades. Onde, tem várias questões da
 529política que precisam se lidas e receber aportes de recursos a partir das
 530necessidades, oportunidades e priorização, ressaltando que a SC também
 531tem capacidade de execução. O vice-presidente Adriano pediu um intervalo
 532de 10 minutos para a SC se reunir. Após o intervalo, o conselheiro Renann
 533apresentou a seguinte proposta: aprovação da divisão condicionada à
 534aprovação por linha posteriormente no mês de Abril, da SC e do GOV. O
 535conselheiro Rodrigo reforçou que a ideia é que se façam novas discussões
 536sobre os objetivos prioritários e linhas, não amarrando os 22 milhões e nem
 537os 27 milhões em nenhuma estrutura. Ângela falou que com essa decisão os
 538trâmites serão mais travados, e a Dra. Daniele Tuoto diante da situação
 539informou que não entende o que este tempo pode dificultar os
 540procedimentos. Ângela falou que se refere à instabilidade política, e que
 541quer exercer o direito de voto para a manutenção da proposta já que
 542antecipadamente os Govs fizeram o levantamento das necessidades. O
 543conselheiro Rodrigo falou que até agora não foi discutido a divisão dos



544recursos, e nem as propostas, onde as linhas apresentadas foram objeto de
545debate e não de deliberação. Ângela retomou dizendo que se esse for a
546situação, os gov podem solicitar também um intervalo para classificar as
547propostas nas linhas, por que se organizaram pra isso. E a parte da SC
548pode detalhar depois. Reiterando a posição a favor da votação das ações
549Gov apresentadas, diante da instabilidade e insegurança. A Dra. Danielle
550informou não consegue ver o GOV e a SC, e sim, um conselho de direito
551discutindo política pública, assim, deve- se existir alguma forma de se
552pensar no todo. A conselheira Débora falou do impasse a respeito da
553criação das linhas de ambos os segmentos, sugerindo que as mesmas
554fossem melhor discutida independente de quem as executará. Lembrando
555que as prioridades GOV deverão ainda ser validadas por todo o colegiado. A
556presidente Ângela pontuou o esforço GOV de fechar o período após muitos
557avanços e tratativas direcionando estratégias de ações equitativas,
558solicitando o direito da votação em favor dessas ações e desses recursos,
559para que o novo chefe do DPCA tenha todo esse trabalho previsto. Após
560algumas tentativas de negociação e de entendimento sobre o mérito da
561aprovação, o colegiado entrou em regime de votação. **A SEC Juliana**
562**escreveu no chat as seguintes propostas:** Proposta nº01 - Aprovação da
563divisão e as prioridades Gov; Proposta nº 02 - Aprova a divisão geral com a
564definição das linhas em reunião extraordinária posterior. Chamada da
565votação: contabilizados 12 (votos dos conselheiros governamentais) a 11
566(votos dos conselheiros da SC), **a proposta nº 01 foi aprovada**, registro
567da ausência do voto da entidade Associação Canaã de Proteção a Criança e
568ao Adolescente. A presente ata foi elaborada pela SEC, Juliana Muller, e
569após a aprovação será publicada no DIOE e disponibilizada no site do
570CEDCA.

571